



## **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**

### **LEI N. 1.142, DE 15 DE AGOSTO DE 1994**

Autoriza o Poder Executivo a firmar Acordo de Parcelamento de Dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Estado do Acre, firmar Acordo de Parcelamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, relativo à dívida havida junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da Resolução n. 139, de 6 de abril de 1994, do Conselho Curador do FGTS e da Circular CEF n. 28/94, de 5 de maio de 1994.

**Art. 2º** O Poder Executivo, para garantia da avença, fica autorizado a vincular e utilizar cotas do Fundo de Participação dos Estados - FPE, durante todo o prazo de vigência do ajuste.

**Art. 3º** O Poder Executivo, durante o prazo de Acordo de Parcelamento, consignará, nos orçamentos anual e plurianual, dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei n. 1.080, de 28 de junho de 1993.

Rio Branco, 15 de agosto de 1994, 106ª da República, 92º do Tratado de Petrópolis e 33º do Estado do Acre.

**ROMILDO MAGALHÃES**

